
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: FUNDAMENTOS, CONTEXTOS E PERSPECTIVAS

Rogério da Costa Ribeiro

(Escola Superior de Educação Almeida Garrett -Portugal)

Suely Aparecida Galli Soares

(Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC Campinas)

Resumo: Este artigo é fruto da pesquisa de mestrado em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores, ofertado pela Escola Superior de Educação Almeida Garret (Lisboa Pt). O estudo tem por objetivo explicitar o cenário em que a Educação a Distância (EAD) está circunscrita, no seu desenvolvimento histórico-político-educacional no Brasil, no intuito de desvelar os elementos que compõem os fundamentos político-educacional, teórico, conceitual e metodológico desta modalidade educativa. Explicitamos fundamentos, contextos e perspectivas da EAD. A abordagem, de ordem qualitativa, pautou-se na interpretação da realidade, no caráter hermenêutico dos pressupostos, teorias e legislação que subsidiam a modalidade. A análise centrou-se na compreensão e interpretação da literatura e legislação que fundamentam esta modalidade educacional. Através do presente estudo, foi possível constatar que a EAD possui uma singularidade própria em que se manifesta a distância física entre professor e aluno, o estudo individualizado, independente e autônomo, o processo de ensino e aprendizagem mediatizado, o uso de novas tecnologias e a comunicação bidirecional.

Palavras-chave: Educação a distância. Curso on-line. Políticas educacionais;

DISTANCE EDUCATION: BASICS, CONTEXTS AND PERSPECTIVES

Abstract: This article is the result of a master's study in Pedagogical Supervision and the Training of Trainers, offered by the Superior School of Education Almeida Garret (Lisbon, Portugal). The study aims to explain the scenario in which Distance Education (DE) is limited within its historical-political-educational development in Brazil, with the purpose of revealing the elements that form the political-educational, theoretical, conceptual and methodological bases of this educational mode. We explain the bases, contexts and perspectives of DE. The qualitative approach was based on the interpretation of reality, in the hermeneutic nature of the assumptions, theories and legislation that subsidize the format. The analysis focused on the understanding and interpretation of literature and legislation that support this educational format. Through this study, it was possible to verify that DE has its own singularity where physical distance between teacher and student is manifested, individualized and independent study, the mediated teaching and learning process, the use of new technologies and bidirectional communication.

Keywords: Distance educations; Online course. Educational policies.

Introdução

O presente artigo é fruto dos estudos de nossa pesquisa de mestrado em Ciências da Educação, pela Escola Superior de Educação Almeida Garrett de Lisboa-Portugal. Com base em nossa experiência, como aluno e pesquisador nesta modalidade educacional, partimos do pressuposto de que a distinção conceitual sobre o que se entende por ensino e educação a distância, a sua utilização no discurso pedagógico e contexto social definem os demais elementos que compõem a sua especificidade.

Esta contextualização fornece subsídios indispensáveis para a reflexão sobre as especificidades da Educação a Distância (EAD), bem como proporciona o entendimento a respeito das concepções educacionais que subsidiam o fazer educativo, explícitos e implícitos nesta modalidade educacional.

Trazemos à balia a questão epistemológica sobre educação ou ensino a distância. Comumente, ensino a distância e educação a distância são utilizados como sinônimos no contexto do processo de aprendizagem. No entanto, estes conceitos amplamente teorizados como distintos, explicitam que ensino reporta-se à ideia de transmissão de conhecimento, enquanto educação remete à formação do sujeito em sua totalidade.

Ao utilizarmos um destes conceitos, acompanhados pelo termo a distância, estamos nos referindo a uma determinada concepção epistemológica educacional que influencia em todos os elementos específicos da referida modalidade educativa. Não se trata de uma simples questão de linguagem, mas de uma visão de educação e de mundo, de ordem complexa.

Para Demo (1998), há um novo tipo de associação entre ensino, educação e aprendizagem, cuja discussão faz emergir uma dubiedade de conceitos: informar e formar, treinar e educar, ensinar e aprender. Tais discussões expandem a responsabilidade docente nas instituições educativas, nos seus diversos níveis.

Neste contexto, o contínuo avanço das tecnologias e o processo de globalização requerem que os indivíduos estejam em constante apropriação de conhecimentos e desenvolvendo suas múltiplas habilidades para não ficarem à margem da sociedade. Isto requer do sujeito, segundo Provenzano & Moulin (2000), uma capacidade de reflexão desenvolvida e uma pré-disposição em adquirir conhecimento e acompanhar as mudanças que ocorrem constantemente.

Esta realidade desafia o sujeito e os processos educativos. Requer um estar em formação permanente. O que, para Nóvoa (1995, p.25), “[...] implica um investimento pessoal, um trabalho

livre e criativo sobre seus percursos e os projetos próprios, com vistas à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional”.

No caso deste estudo científico, o desafio se amplia à medida que percebemos a necessidade de clarificarmos nosso universo conceitual, os fundamentos de nossa práxis, tendo em vista o desenvolvimento do fazer educacional próprio da modalidade a distância, em que é comum a prática pedagógica mediada por materiais e/ou recursos tecnológicos, elementos autossuficientes alocados no centro do processo educacional. Neste âmbito, temos as interfaces mediadoras dos materiais impressos, vídeos (VHS e DVD), televisão, comuns na distribuição de informações em massa, além da comunicação didática do professor on-line, caracterizando diferentes abordagens teóricas. A primeira perspectiva é mais conservadora e a segunda, mais progressista.

Entretanto, vale ressaltar também que somente em dezembro de 2005 a EAD no Brasil recebeu uma legislação específica que a define, no artigo primeiro do Decreto 5622/2005 de 19 de dezembro, como:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.(BRASIL, Decreto 5622/2005, art. 1º.)

Esta perspectiva educacional indica que há um longo caminho a se percorrer para chegar ao arcabouço da integração social desta modalidade. Ressaltamos que os fundamentos históricos da educação no país delinearam um percurso que caracterizou os primórdios da escola brasileira, no âmbito da EAD, deixando suas marcas e resquícios impregnados nas práticas educativas até o momento presente, o que se percebe, entre outros, na resistência de docentes e discentes, instituições e sociedade à incorporação de mudanças e/ou novas propostas no cotidiano escolar, sejam elas com ou sem o uso de tecnologias.

Este artigo almeja explicitar o cenário em que a EAD está circunscrita, no seu desenvolvimento histórico-político-educacional no Brasil, no intuito de desvelar os elementos que compõem os fundamentos político-educacional, teórico, conceitual e metodológico desta modalidade educativa. Visamos, ainda, situar e compreender as condições sócio-histórica e cultural da sociedade brasileira, com suas incidências na educação, em especial na educação a distância.

Para atingir os objetivos propostos, este estudo demandou a realização de pesquisa qualitativa que trabalha, segundo Minayo,

(1994, p.21) “[...] com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações [...]”.

O método de investigação adotado está em consonância com a pesquisa na área das ciências humanas que, segundo Chauí (1996, p.160), é “[...] chamado compreensivo-interpretativo, porque seu objeto são as significações ou os sentidos dos comportamentos, das práticas e das instituições realizadas ou produzidas pelos seres humanos”.

Contextualização histórico-político-educacional da educação a distância

Na busca pela compreensão dos fundamentos e políticas educacionais que tangem a educação a distância, faz-se necessário situarmo-nos no horizonte sócio-histórico, econômico e cultural, no âmbito nacional e internacional para percebermos os reflexos destes aspectos sobre a área da Educação e, especificamente, sobre a EAD.

Há autores como Menezes (1998) e Carcanholo (2000) que nos ajudam a compreender estes aspectos sócio-histórico, econômico e cultural. Carcanholo afirma:

[...] O desenvolvimento do processo de internacionalização do capital define o que se chama de globalização da economia, que constitui um novo cenário para a década de 90: crescimento das atividades internacionais das firmas, e dos fluxos comerciais, ampla mudança da base tecnológica [...] e [...] intensificação da circulação financeira, caracterizada pela expansão na mobilidade e na intermediação do capital internacional [...]. (CARCANHOLO, 2000, p.16)

Esta perspectiva política apresenta uma aparente intensificação das relações entre os países no setor produtivo, no fluxo comercial e financeiro. Desta forma, o produtor pode comprar matéria-prima em qualquer lugar do mundo, onde lhe seja mais viável e rentável. O autor também menciona que “[...] a desregulamentação dos mercados e a desobstrução do comércio internacional e da entrada de capitais afirmam-se como as diretrizes de política que podem garantir a inserção das diferentes nações no novo contexto de globalização” (CARCANHOLO, 2000, pp.16-17).

Neste sentido, a globalização se apresenta como fenômeno natural e inevitável, com potencialidade para regulamentar os mercados e propiciar às nações um lugar privilegiado no curso da

história. Porém, neste momento histórico contemporâneo, este entrelaçamento econômico está em ritmo acelerado, análogo à velocidade da luz.

Paralelamente a estas transformações no âmbito econômico, ocorrem significativas mudanças no mundo do trabalho. Com o desenvolvimento científico e técnico, emergem modelos flexíveis de organização e gestão, bem como renovação dos processos de produção, em nome da otimização do tempo e da produtividade. Desta forma, para Castro:

Com essa mudança tecnológica, a tradicional linha mecânica de produção padronizada, programada para grandes séries, pode ser substituída por módulos ou unidades de produção mais flexíveis e dinâmicas. [...] as novas tecnologias permitem uma nova relação com o tempo, porque invertem a antiga ordem fragmentada e sequencial do sistema mecânico, substituindo-o por uma nova ordem, simultânea e integrada. (CASTRO, 1993, p.40)

Diversas atividades, anteriormente realizadas unicamente por meio das mãos e inteligência humana, passam a ser operadas por máquinas programadas. Frente a essas mudanças, o sujeito se vê na necessidade de assumir e/ou desenvolver novas competências e habilidades para não ficar à margem do processo de desenvolvimento das novas tecnologias. A competitividade própria do mercado de trabalho também impõe ao sujeito a obrigatoriedade de ampliar o seu nível de escolaridade e a aquisição constante de conhecimento.

Aspectos históricos da EAD no âmbito internacional

A prática da troca de informações faz parte das relações humanas desde o período da antiguidade, mais precisamente na Grécia e, posteriormente, em Roma. Os povos transmitiam notícias entre si e com grupos geograficamente distantes, por meio de mensageiros, cartas e documentos escritos, relacionados ao cotidiano privado e da sociedade. Estas relações foram sendo incorporadas pela cultura dos povos e sua práxis exerceu uma fundamental influência, alavancando o desenvolvimento econômico e social dos povos.

Com o advento da modernidade, surgem as primeiras iniciativas de disseminação do conhecimento sem a utilização da relação presencial entre o preceptor (professor) e o aprendiz (aluno). Segundo Saraiva (1996), em meados de 1728, a Gazeta de Boston (EUA) publicou um anúncio do professor Cauleb Philip,

sobre o Curso de Taquigrafia, que dizia: “Toda a pessoa da região, desejosa de aprender esta arte, pode receber em sua casa várias lições semanalmente e ser perfeitamente instruída, como as pessoas que vivem em Boston” (SARAIVA, 1996, p.18).

Entretanto, foi no século XIX que, na Europa, delineou-se a primeira geração de procedimentos de ensino a distância, caracterizado pelo ensino por correspondência. Neste período é possível destacar algumas experiências pontuais que adquiriram certa relevância.

Para Alves (1994), em 1838 encontram-se registros da primeira experiência de um curso de contabilidade por correspondência, realizado na Suécia pelo Instituto *Ciber Hermodes*; em 1840, na Inglaterra, havia a prática de utilização de cartões postais por parte de professores e alunos das Faculdades Sir Isaac Pintam (considerada a primeira escola por correspondência na Europa) para transmitir os princípios da taquigrafia; em 1856 foi fundado em Berlim (pelos alemães) o Instituto Toussaint y Langenscheidt, considerado o primeiro Instituto de Ensino de Línguas por correspondência.

Segundo Saraiva (1996), em 1873, foi fundado nos EUA a *Society to Encourage Studies at Home* voltada para a oferta de estudos em domicílio e, na Pennsylvania, o *International Correspondence Institute* com a oferta de curso sobre medidas de segurança no trabalho de mineração. Urge pontuar que houve diversas iniciativas de EAD no âmbito internacional, e não temos a pretensão de nos referir a todos para não nos estendermos demasiadamente, devido à amplitude histórica internacional da EAD.

No entanto, ao final da Primeira Guerra Mundial, iniciou-se uma procura elevada por escolarização na Europa Ocidental, devido à escassez de recursos e à dispersão das pessoas, bem como à ruína dos Estados Nacionais. Este contexto caótico, humanitário e social, alavancou a necessidade de se institucionalizar o ensino a distância.

De acordo com Menezes (1998), em 1922 a URSS criou um sistema de ensino para assegurar a formação do grupo de trabalhadores, via correspondência. Neste período histórico (até a Segunda Guerra Mundial), a correspondência constituiu-se em foco das metodologias de ensino a distância. Após a Segunda Guerra Mundial, emerge a utilização de novos meios de comunicação de massa no ensino a distância. Segundo Saraiva (1996, p.19), “[...] novas metodologias e técnicas são incorporadas, novos e mais complexos cursos são desenvolvidos, novos horizontes abrem-se para a utilização da educação a distância”.

Já em 1940, vários países do continente europeu passaram a utilizar outros recursos na metodologia de ensino a distância, além do ensino via correspondência; é o caso da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris, em 1947, que utilizava a Rádio Sorbonne para a transmissão de aulas de quase todas as disciplinas literárias, bem como, a iniciativa da Espanha em 1962, com a experiência de realizar um Bacharelado radiofônico. Em seguida, em 1969, a British Open University da Inglaterra foi instituída como uma Universidade Aberta, dando início aos seus cursos direcionados a adultos em 1971, experiência que se constituiu em um recorte histórico significativo no cenário mundial da EAD e modelo para várias instituições.

Para Saraiva (1996, p.19), “[...] o aperfeiçoamento dos serviços de correio, agilização dos meios de transporte e, sobretudo, o desenvolvimento tecnológico aplicado ao campo da comunicação e da informação, influíram nos destinos da educação a distância”. A partir daí, a expansão desta prática educacional tem ampliado e aprimorado os seus recursos e meios de veiculação do conhecimento, bem como inovado sua atuação no âmbito da educação. Tanto que, na década dos anos 90, várias Instituições de Ensino Superior passaram a ofertar cursos via internet, criando alguns Campus Universitários Virtuais.

Aspectos históricos da EAD no Brasil

No intuito de ampliar o acesso da população à educação, surgem as primeiras iniciativas de ensino a distância no Brasil, em 1923, por meio da criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro com o objetivo de utilizar a rádio difusão para fins educativos.

Posteriormente, em 1937 o ministério da Educação institui o Serviço de Radiodifusão Educativa (SINRED), sistematizando a ação educacional no setor por meio de um sistema de escolas radiofônicas que alavancou nos estados do nordeste. A partir deste direcionamento emergiu, em 1956, o Movimento de Educação de Base (MEB), uma ampla proposta de ensino a distância não formal no Brasil, visando à alfabetização de jovens e adultos das classes populares por intermédio da rádio.

Concomitante a estas ações, em 1941, difunde-se pelo Brasil os cursos do Instituto Universal Brasileiro (IUB) por meio de correspondências. A atuação desta instituição gera polêmica entre estudiosos da EAD, dividindo-os entre os adeptos e os mais resistentes diante dos cursos por correspondência do IUB e sua eficácia para a formação profissional básica do sujeito.

No decorrer das décadas dos anos 60 e 70, passou a atuar uma Comissão para Estudos e Planejamento da Rádio difusão educativa, com a qual desencadeou o Programa Nacional de Telecomunicação (PRONTEL). Nesse período foram criados diversos programas, dentre eles, a Fundação Brasileira de Educação (FUBRAE), Fundação Padre Anchieta (TV cultura/SP), Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM), TV E do Maranhão, TV E do Ceará. Estas iniciativas educativas ofertavam cursos pela televisão, com suporte material impresso, processo que contou com a participação do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Em 1970, com a Portaria 408, estabeleceu-se a obrigatoriedade das emissoras comerciais de Rádio e Televisão em transmitir, gratuitamente, cinco horas semanais de programação educativa. No ano seguinte, foi instituída a Associação Brasileira de Tele-Educação (ABT), inaugurando cursos de capacitação de professores a distância, com apoio do MEC.

Já em 1973, houve uma eclosão de programas televisivos, ofertando cursos de 1° e 2° graus, o que possibilitou a introdução e inovações no setor de teleducação para aprimorar a metodologia de recepção estruturada. Houve a criação e desenvolvimento de diversos programas para a capacitação de professores e preparação de alunos para os exames do curso Supletivo. Dentre estes programas, destacamos: Projeto LOGUS (MEC), Telecurso 2° Grau (Fundação Roberto Marinho), Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL/MEC), Pós-Graduação (Capes/MEC), Projeto Verso e Reverso (Fundação EDUCAR/MEC).

Ainda em 1973, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), e em 1993, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), duas instituições do sistema 'S', passaram a oferecer cursos profissionalizantes por meio de material impresso.

Neste contexto propulsor da EAD, no final da década de 70, a Universidade de Brasília (UNB) começou a praticar a oferta de cursos veiculados por jornais e revistas, fundando em 1989 um Centro de EAD (CEAD), o qual lançou o programa Brasil EAD.

Na década dos anos 90 o MEC do Brasil instituiu uma Secretaria de Educação a Distância, a SEED/MEC, implantando programas de EAD em nível nacional: em 1991, o Programa *Um Salto para o Futuro*, objetivando a formação continuada de professores; em 1995, o *Programa TV Escola*, um canal televisivo exclusivamente educacional; em 1997, o *Programa Nacional de Informática na Educação* (PROINFO/MEC), desenvolvendo um ambiente de aprendizagem colaborativo on-line e o *FUNDESCOLA*, um Programa de Rádio para o Ensino fundamental, e, em 2000, o

Projeto de Formação de Professores em nível médio (PROFORMAÇÃO/MEC).

De acordo com os pareceres de credenciamento disponíveis no site da SEED/MEC,ⁱ foi a partir do ano 2000 que o MEC passou a credenciar as universidades brasileiras para a oferta de cursos a distância. Entre as universidades credenciadas, a Universidade Federal do Mato Grosso despontava como referência devido à atuação de seu Núcleo de Educação Aberta e a Distância desde 1993, e a Universidade de São Paulo (USP), tida por referência de pesquisa acadêmica na América Latina, com seu Projeto Cidade do Conhecimento.

O MEC credenciou várias instituições de ensino Superior: Universidade de Brasília, Universidade de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Castelo Branco, Escola Nacional de Saúde Pública Oswaldo Cruz, Universidade Anhembi-Morumbi, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Paraná, Universidade Fluminense e outras. Atualmente, há várias Instituições de Ensino Superior (IES) Credenciadas pelo MEC para atuar com EAD no Brasil.

Embora a EAD no Brasil ainda se encontre em estágio embrionário por se tratar de uma história recente, a prática educativa das redes de cooperação tem proporcionado que as instituições de ensino superior se reúnam em consórcios para trabalhar esta modalidade educativa e desenvolver uma práxis com significativa qualidade acadêmica sem, no entanto, sofrer as avaliações do MEC.

A práxis efetivada no processo educacional da EAD no Brasil tem possibilitado a superação da distância física por meio da sua comunicação mediada pelos recursos tecnológicos, que presentes nos modelos estruturais da EAD tem se modificado ao longo do tempo. Segundo Campos (2007), tem havido uma evolução no decorrer da história da EAD no que diz respeito às tecnologias de informática e comunicação, cada vez mais adotadas na disponibilização dos materiais didáticos. Esse dado leva a autora a identificar cinco gerações no percurso desta evolução da EAD:

Na primeira geração, chamada de modelo de correspondência, havia o predomínio do material impresso. Na segunda geração o modelo multimídia imperou, trazendo a fita de áudio, vídeo, a aprendizagem baseada em computadores e o vídeo interativo. A terceira se caracterizou pelo tele-aprendizado com destaque para as áudio-teleconferências, videoconferência e TV/Rádio Broadcast. Na quarta geração o modelo de aprendizagem flexível reforçou o uso da multimídia interativa on-line, acesso a Web baseada em recursos e comunicação

mediada por computador. Na quinta geração observamos ainda a presença das tecnologias Web e um modelo de aprendizagem flexível e inteligente, onde predominam recursos como: multimídia interativa on-line, acesso a Web baseada em recursos, comunicação mediada por computador usando sistemas de respostas automáticas e portais que permitem acesso aos recursos e processos da instituição. (CAMPOS, 2007, p.3)

As instituições de ensino, integradas pela rede internet, tele e videoconferências, têm se organizado de tal forma que se tornou necessário a criação de diversas associações no âmbito da EAD, das quais destacamos: a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), que congrega diversas instituições e pesquisadores, mobilizando a comunidade científica e social em nível nacional; a Universidade Virtual Brasileira (UVB) que reúne instituições privadas e comunitárias; a Universidade Virtual (UNIVIR) direcionada ao treinamento corporativo; a Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede) que reúne em seu consórcio 82 instituições públicas de ensino superior e 07 consórcios regionais (dentre estes está o Consórcio Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro - CEDERJ). O consórcio da UniRede objetiva democratizar o acesso à educação de qualidade gratuita no ensino regular e na educação continuada, por meio da oferta de cursos na modalidade a distância nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão.

O MEC, em 2004, por meio de Editais Públicos I e II, conclamou as universidades públicas a participarem do Programa Pró-Licenciatura e, em 2005, lançou o Projeto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), oportunizando que as Universidades Públicas ofereçam diversos cursos com o apoio do Ministério da Educação.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado em 2005 sob caráter experimental, constitui-se em uma parceria instituída entre os níveis governamentais federal, estadual e municipal, com as Universidades Públicas. Para Campos (2007), a UAB tem a finalidade de articular e integrar um sistema nacional de educação superior a distância no intuito de “[...] sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil” (CAMPOS, 2007, p.4).

O MEC, por meio da SEED, emitiu o Edital N°1 (em 20/12/2005) conclamando publicamente os municípios e estados a participar da seleção de polos municipais e estaduais de apoio presencial aos cursos de nível superior a serem ministrados por Instituições Federais de Ensino Superior na modalidade de EAD. O

Sistema UAB deu início aos seus primeiros cursos em 2007. Já no seu segundo edital, lançado no final do ano de 2006, ampliou-se a chamada para a adesão de Universidades Estaduais e Municipais.

Este panorama histórico da EAD, em seu desenvolvimento científico e tecnológico, sinaliza uma mudança paradigmática educacional com a cisão de um *status quo* vigente, devido aos entrelaçamentos simultâneos de condicionantes advindos do setor tecnológico, econômico, cultural e social.

Fundamentos teóricos e metodológicos de cursos on-line

Partimos do pressuposto de que a EAD, numa perspectiva dialética, apresenta-se como um processo de formação do ser humano planejada, organizada e efetivada, delineando sua identidade teórica e metodológica, própria pelo fato de estabelecer uma nova situação entre professores, alunos e sala de aula.

O esquema de referência relacionado à presença do professor e do estudante num mesmo lugar (tempo e espaço) é modificado pela estrutura da EAD. O ato pedagógico passa a ser decomposto em dois momentos e lugares por meio da mediatização do ensino e da aprendizagem como resultado do trabalho do aluno, bem como a reação do aprendiz frente ao conteúdo retorna indiretamente ao docente, mediante a atuação do tutor e a utilização que estes sujeitos fazem da tecnologia digital (rede internet).

Neste âmbito teórico-conceitual há de ser considerado que a conjuntura educacional, política, econômica, tecnológica e multimidiática tem se mostrado favorável à implementação da EAD, cuja modalidade tem por sujeitos do processo pedagógico as pessoas adultas e trabalhadoras, o professor e o tutor. Para Saraiva, em relação às tecnologias:

[...] a utilização pedagógica deve ocupar lugar central no processo de planejamento da educação a distância. [...] as alternativas de efetivação da relação pedagógica são o critério que deve presidir a escolha dos meios, o modo de produzir materiais, a organização da veiculação e dos canais de comunicação à distância entre professores e alunos durante todo o processo. (SARIAVA, 1996, p.17)

Os fundamentos da EAD acima sinalizados nos remetem à visualização de algumas conceituações metodológicas explicitadas por Trindade (1992) e Moore & Kearsley (2007). Para Moore & Kearsley:

Educação a distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e

de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais. (MOORE; KEARSLEY, 2007, p.2)

Trata-se de uma metodologia, segundo Armando Rocha Trindade, citado por Belloni (2009, p.33), “[...] para aprendentes adultos, baseada no postulado que, estando dadas sua motivação para adquirir conhecimento e qualificações e a disponibilidade de materiais apropriados para atender, eles estão aptos a terem êxitos em modo de auto-aprendizagem”.

Sob este ponto de vista, o campo teórico e metodológico da EAD rompe com o olhar educativo seletivo e excludente, decorrente dos procedimentos restritivos de utilização de resultados pautados na mediação, assumindo o caráter de autonomia do estudante. Vislumbra-se alcançar os patamares da excelência, projetada para o desenvolvimento pleno do sujeito.

Esta transformação paradigmática não é fácil e nem simples, pois sua ressignificação teórica e metodológica implica ter que re-educar o olhar para contemplar os processos e não se ater unicamente num determinado produto. Trata-se de conceber o ensino e aprendizagem na perspectiva de processos, onde o erro pode constituir-se em indicadores diagnósticos de novas etapas previstas no percurso próprio do desenvolvimento educacional e da aprendizagem do sujeito em processo que vive e convive num contexto determinado, tempo e espaço, físico ou virtual.

Marco teórico histórico

A EAD em sua constituição histórica possui alguns eventos de referência, por seu valor conceitual e, ou simbólico.

Holmberg em sua obra *Sobre os Métodos do Ensino por Correspondência*, traduzida na língua alemã e publicada na Suécia em 1962, foi considerada por um longo período, marco teórico da EAD. Posteriormente, Holmberg (1995) apresenta uma teoria da EAD, cujo caráter de qualidade implica o assumir um estilo de conversação guiada, ou seja, orientada para o aprendizado.

A abordagem de Holmberg (1995) aponta três postulados peculiares da EAD. Primeiramente, indica a necessidade de existir o sentimento de relação pessoal entre o estudante e o professor para a promoção do prazer no estudo e na dimensão motivacional. Em seguida, afirma que este sentimento pode ser estimulado por meio de um material de autoaprendizagem bem elaborado e de adequada comunicação a distância, subsidiada pelo *feedback* ou retro alimentação. Por fim, explicita que a atmosfera, a linguagem e

a conversação amistosa proporcionam ao estudante o sentimento de relação pessoal com o professor.

Teorias de aprendizagem: subsídios para cursos on-line

Os processos educacionais, ao estabelecer a sua proposta pedagógica, fundamentam-se em uma determinada teoria de aprendizagem. Desta forma, a educação a distância fundamenta-se em uma determinada concepção de ensino e aprendizagem, ou seja, adota uma visão educacional sobre como processa a aprendizagem, o ensino e as situações educativas.

A pesquisa sobre os fundamentos das teorias de aprendizagem provoca alterações tanto no contexto educativo presencial e a distância, quanto na mediação educativa proporcionada pelo uso das tecnologias de informação e comunicação no processo pedagógico, especificamente nos processos pedagógicos mediados pela rede internet.

Com base nas teorias de aprendizagem, o educador: estabelece os passos e etapas do processo de ensino e aprendizagem a ser adotado; define que estratégias e propostas de atividade devem ser privilegiadas, bem como que ações os alunos desempenharão e como as deverão realizar; planeja os meios de acompanhamento do desenvolvimento do aluno e qual a forma de avaliação a ser adotada.

Dentre as correntes do pensamento educativo, tem-se considerado três teorias de aprendizagem mais representativas: o comportamentalismo, o construtivismo e o sócio-interacionismo. Cada qual apresenta uma determinada possibilidade ou várias para se constituir um ou diversos cenários da EAD.

Para Campos (2007, p.7), o comportamentalismo considera a aprendizagem o resultado de um repositório comportamental manifestado mediante um determinado estímulo. Ela pode ser observada nas mudanças comportamentais do indivíduo, resultante dos estímulos e reforços positivos. Sob este enfoque, o conhecimento é algo transmissível, adquirido por exercícios de memorização e atividades instrucionais.

Esta corrente teórica se fundamenta nas pesquisas de Skinner (1974), cuja abordagem defende a ideia de que o ser humano se apresenta como um organismo passivo e pode ser governado por estímulos advindos do meio externo, recompensado por meio de reforços positivos.

As situações educacionais, pautadas nesta corrente teórica, baseiam-se na instrução individual, cujo fim último é conduzir o

aluno ao aprendizado de conteúdos curriculares, fornecidos pelo professor. O *feedback* é constante e a avaliação, em sua maioria, ocorre por meio de testes objetivos.

A adoção desta corrente teórica no âmbito da EAD demanda uma diversidade de atividades, incluso a entrega de tarefas acadêmicas, a comunicação constante do aluno com o professor e outros alunos, subsidiados por um determinado material didático técnico.

Já o construtivismo segue em direção distinta. Para Campos (2007, p.8), o construtivismo considera a aprendizagem uma edificação ininterrupta do sujeito, bem como leva em conta as modificações de atributos da estrutura cognitiva mediante novas informações. Sob esta perspectiva, o conhecimento é construído e re-construído pelo sujeito no contato estabelecido com o ambiente externo.

Esta corrente teórica se fundamenta nas pesquisas de Bruner (1966) e de Piaget (1978). Bruner defende em sua pesquisa a necessidade da participação ativa do aluno no processo de ensino e aprendizagem pela descoberta. Já Piaget explicita uma teoria sobre o desenvolvimento cognitivo do indivíduo e defende a tese de que há uma contínua adaptação mental do sujeito ao meio em que este se encontra, por meio do processo de maturação.

Para Piaget (1978) há uma progressão do intelecto e uma formação de estruturas mentais que acomodam o aprendizado adquirido, advindo das experiências e demandas do ambiente. O sujeito vivencia um processo cognitivo dinâmico que passa por três estágios interligados e, às vezes, simultâneos. Todo este processo inicia-se com o desequilíbrio de uma determinada zona de conforto cognitiva, para que, em seguida, ocorra a assimilação de novos elementos e, posteriormente, a acomodação dos mesmos. Trata-se de um processo cíclico e complexo.

Neste caso o professor é o mediador que proporciona ao aluno os meios para que tenha contato com um determinado conteúdo curricular e aproprie-se por recepção direcionada, exposição indutiva e/ou dedutiva. Não há, da parte do professor, o controle sobre o que o aluno aprende, mas uma contínua estimulação do mesmo para que o seu desenvolvimento e aprendizado aconteçam.

A ele cabe perceber os indicadores da atuação do aluno e seu aprendizado, cuja avaliação é reflexiva, complexa e não linear. O controle sobre o aprendizado é atribuído em certo aspecto, ao próprio aluno.

A adoção desta corrente teórica no âmbito da EAD demanda a difusão de tecnologias interativas, com o objetivo de favorecer a

aprendizagem individual e colaborativa. Tem-se propagado o estímulo à formação de comunidades virtuais de aprendizagem ou a estruturação de ambientes virtuais (plataformas, sites, etc) que proporcionam a troca de informações de forma interativa, em tempo real ou assíncrono, por meio da rede internet.

Ainda em direção distinta da primeira corrente teórica (comportamentalismo), similar e, ao mesmo tempo, diferenciada da segunda corrente teórica (construtivismo), temos o sócio-interacionismo que considera a interação social um elemento fundamental no desenvolvimento cognitivo do sujeito.

Para Campos (2007, p.9), o sócio-interacionismo considera a aprendizagem um processo resultante das interações sociais, que ocorrem de forma contínua. Segundo esta abordagem, o conhecimento ocorre como construção coletiva, em uma dada época histórica e cultural. O desenvolvimento cognitivo é concebido como um organismo vivo e nele o pensamento constitui-se de forma gradativa, num dado contexto histórico e social.

Com base nos estudos de Vygotsky (1989), temos a tese da sócio-interação, apresentando a teoria da zona de desenvolvimento proximal, como nível intermediário entre os níveis de desenvolvimento real e de desenvolvimento potencial do sujeito.

As situações educacionais sócio-interacionista buscam proporcionar ao aluno um espaço que favoreça a convivência em grupo e o trabalho cooperativo. Nelas o educador exerce o papel de mediador no processo de aprendizagem e fomentador das interações.

A incorporação desta corrente teórica pela EAD, principalmente nos cursos on-line, demanda a adoção das tecnologias de informação e comunicação como meio que favorece o desenvolvimento do trabalho cooperativo e espaços virtuais educativos que possibilitam a expressão do grupo.

O uso da rede internet como ferramental tecnológico possibilita a criação de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem focado no trabalho cooperativo. Nele pode conter o repositório de informações dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo, bem como o registro da comunicação e interação estabelecida entre os sujeitos envolvidos no processo. Possibilita-se assim, a explicitação das discussões e decisões tomadas pelos participantes do processo ensino-aprendizagem, além dos dados pessoais de cada sujeito, o registro das suas atividades individuais e coletivas.

Em suma, as correntes teóricas de aprendizagem incorporadas pela EAD, ainda que sejam similares, ou, as mesmas utilizadas em outra modalidade educacional, adquirem uma identidade específica e própria na modalidade a distância.

Entretanto, não há um modelo único no campo da EAD, ou seja, os desenhos de curso apresentam combinações de recursos diferenciados, conforme o cenário educacional e o projeto pedagógico específico de cada grupo ou instituição educativa.

Políticas educacionais orientadoras da EAD no Brasil

A educação a distância (EAD) no Brasil tem por base legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – nº 9394, de 20 de dezembro de 1996), que revogou a LDB anterior nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. A LDB, em vigor, especificamente em seu artigo 80, estabelece que compete à União o incentivo ao desenvolvimento de programas de ensino a distância, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como regulamentá-la.

O Decreto de Lei nº 5.622 (publicado em 20/12/2005) revogou dois Decretos anteriores (Decretos de nº 2.494/98 e nº 2.561/98) e regulamentou o artigo 80 da atual LDB. O Decreto em vigor define o que se compreende oficialmente por EAD, sua oferta, credenciamento, autorização e exames.

Amparado na LDB e na necessidade de normatização específica para a pós-graduação *lato e stricto sensu*, o Conselho Nacional de Educação emitiu a Resolução nº 01/2001 que contempla esta especificidade normativa.

Já no âmbito Ministerial, o MEC publicou a Portaria nº 4.361/2004 (revogando a Portaria nº 301/98) que normatiza os procedimentos de credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior para a oferta de cursos na modalidade a distância, mediante a protocolização no sistema de acompanhamento de processos das instituições de ensino superior brasileira (SAPIENS/MEC).ⁱⁱ

Posteriormente, em 2007, o MEC publicou a Portaria nº 02/2007, intitulada *Referenciais de qualidade para educação superior a distância* que normatiza os procedimentos de regulação e avaliação da educação a distância, sugerindo uma série de indicadores para orientar as instituições. Surge, assim, o referencial norteador que subsidia atos legais do poder público no âmbito dos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da EAD, com indicadores que não possuem força de lei.

Há outros decretos que se referem à EAD. O Decreto nº 5.773 de 09/05/2006 dispõe sobre o exercício das funções de regulamentação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores. Já o Decreto nº 6.303 de

12/12/2007 altera dispositivos dos Decretos n° 5.622 de 19/12/05 e n° 5.773.ⁱⁱⁱ

Em suma, os fundamentos legais que subsidiam a educação a distância no Brasil sinalizam o interesse pela criação de uma política de EAD, com o intuito de ampliar a oferta e democratização do acesso ao ensino superior, bem como a preocupação em oferecer condições para a disseminação de uma educação qualitativa. Entretanto, ainda há um longo caminho a se percorrer para que o país, em sua imensidão geográfica, seja contemplado e as desigualdades sociais, carências de oferta da referida modalidade sejam minimizadas ou mesmo dizimadas.

Considerações finais

A educação a distância se constitui como uma modalidade educacional relativamente recente no Brasil. A sua constituição organizacional enquanto sistema de educação a distância advém de uma diversidade de determinações próprias do desenvolvimento científico-tecnológico e econômico, bem como, do âmbito educacional, político, cultural e multimidiático, além do próprio mercado de produtos tecnológicos que passaram a ocupar espaços significativos, elevando o país a um patamar de usuários, o que contradiz seus problemas sociais de pobreza e analfabetismo.

No entanto, esta modalidade fez emergir um novo paradigma educacional, ressignificando os conceitos de tempo e espaço no ato pedagógico, de interação relacional entre os sujeitos e gestão do processo de ensino e aprendizagem, indicando a necessidade de pesquisas sobre os efeitos e contradições que dela emanam.

Dentre suas singularidades, destacamos a ação docente que passa a necessitar da colaboração de outros profissionais, como o tutor e equipe multiprofissional. O papel e função docente passam a ocupar um novo patamar, diferenciado do usual ou historicamente constituído, para ancorar-se na mediação e ação dialógica por meio didático-pedagógicos multimidiático contemporâneo.

O processo de ensino e aprendizagem desloca-se do foco na ação docente para centrar-se na ação discente. Nele, o educando assume um papel preponderante na construção e apropriação do conhecimento, mediado pelo material didático-pedagógico próprio da modalidade e ferramentas multimidiático, acompanhado pela ação docente que visa proporcionar uma aprendizagem autônoma e autodidática.

Este novo olhar educativo requer a elaboração de material didático específico, constituindo-se em manual norteador de estudo, com narrativas dialógicas interligadas à imagem, som e outros meios, compactados em hipertextos como ferramentas de mediação no processo de ensino e aprendizagem, em especial nos cursos on-line.

Outro aspecto que se mostra relevante na modalidade são os procedimentos de avaliação onde o acompanhamento do aprendizado do aluno é mediado pela atuação do tutor e requer processo contínuo inclusive do material didático-pedagógico, por parte do docente e tutor e do aluno. A atuação do tutor também deve ser avaliada pelo aluno e docente, bem como o curso como um todo necessita ser continuamente avaliado e reavaliado pelos envolvidos, com o objetivo de busca e excelência na qualidade educacional, além do comprometimento da modalidade com sua especificidade.

Desta forma, podemos afirmar que a EAD possui uma singularidade própria que se manifesta nos seguintes elementos: a distância física entre professor e aluno; o estudo individualizado, independente e autônomo; o processo de ensino e aprendizagem mediatizado; o uso de novas tecnologias; a comunicação bidirecional.

A distância física entre professor e aluno é minimizada pelo diálogo interlocutivo vivenciado no âmbito virtual, num patamar relacional que pressupõe o reconhecimento da capacidade do aluno construir o seu caminho como autodidata, sujeito e autor de suas reflexões, tendo em vista os processos próprios do estudo individualizado e independente.

Neste processo de ensino e aprendizagem mediatizado, o tratamento dado aos conteúdos e às formas de expressão pelo material didático-pedagógico necessita de um sistema estruturado viável e de suporte técnico adequado, numa perspectiva educacional que desencadeia a utilização de diversas tecnologias, de informação e comunicação, e rede internet.

Nesta ótica educacional, a comunicação é bidirecional, pois o aluno possui papel ativo no processo dialógico, é receptor, emissor, interlocutor, mediador da própria aprendizagem. Há o esforço e propósito de se firmar as relações no âmbito dialogal, criativo, crítico e reflexivo uma especificidade que foge do ensino convencional em suas relações.

A modalidade possui a flexibilidade de espaço, de tempo e assistência de ritmos de aprendizagem, em favor da autogestão dos compromissos com estudos, trabalho e família, proporcionando uma gama de itinerário formativo. Neste sentido, faz-se mister realçar a questão da adaptação da EAD para atender às

características psicopedagógicas próprias de sua clientela composta por pessoas adultas.

A EAD mostra-se eficaz na estimulação do aluno para que este se torne sujeito de sua aprendizagem, aplique seu aprendizado e se autoavale, subsidiado pelo ambiente e suporte técnico pedagógico, administrativo, cognitivo e afetivo, mediado pela interatividade da comunicação bidirecional inerente às multimídias.

A modalidade defronta-se com a demanda pela formação permanente no âmbito profissional e pessoal do professor, perante a qual se mostra capaz de proporcionar a continuidade à formação recebida, bem como desencadear a aquisição de novos conhecimentos, desenvolver a reflexão sobre valores, atitudes, além da atualização do referencial tecnológico em permanente ampliação, diversificação e complexificação.

Este arsenal da EAD traz em si indícios de conquistas, cunhadas no percurso já realizado, e que se convertem simultaneamente em desafios para a própria modalidade. Trata-se de um universo complexo e paradoxal, que possui um triplo desafio: filosófico, antropológico e sociopolítico. Filosófico no âmbito conceitual; antropológico pelo fato de as relações humanas serem estabelecidas num patamar diferenciado (virtual) e sociopolítico, por necessitar que se compreenda a mutação contemporânea para nela atuar.

Em suma, esta trivialidade filosófica, antropológica e sociopolítica se entrelaça na questão da virtualidade do processo educacional desenvolvido pela EAD, constituindo-o em uma forma de existir, fértil e intenso no mundo, trazendo a baila os processos de criação e concepção de educação. Neste context, a EAD apresenta-nos um processo de transformação de um modo de ser num outro possível.

Referências

ALVES, J. R. M. *A Educação a distância no Brasil: síntese histórica e perspectiva*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED). Modalidade a Distância triplica no país em 1 ano. Disponível em: <http://www2.abed.org.br/noticia.asp?noticia_ID=401>. Acessado em: 03 nov. 2011.

BELLONI, M. L. *Educação a distância*. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

BRASIL. *Decreto N. 5.622/2005*. Regulamenta o art. 80 da Lei N. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12778%3Alegislacao-de-educacao-a-distancia&catid=193%3Aseed-educacao-a-distancia&Itemid=865>. Acessado em: 13 nov. 2010.

BRASIL. *Decreto Lei n° 9.394/1996* de 20 de Dezembro. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acessado em: 13 nov. 2010.

BRASIL. *Decreto Lei n° 6.303/2007* de 12 de Dezembro. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12778%3Alegislacao-de-educacao-a-distancia&catid=193%3Aseed-educacao-a-distancia&Itemid=865>. Acessado em: 13 nov. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Referenciais de qualidade para educação superior a distância*. Brasília: MEC/Seed, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acessado em: 15 nov. 2010.

BRUNER, J. *Uma nova teoria de aprendizagem*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1966.

CAMPOS, F. C. A. *Fundamentos da educação a distância, mídias e ambientes virtuais*. Juiz de Fora: Editar, 2007.

CARCANHOLO, M. D. Neoliberalismo e o consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In CASTRO, R. P. Tecnologia, trabalho e educação. In *Cadernos ANPED*, 16ª Reunião anual da ANPED, jun. Caxambu, 1994. pp.29-53.

CARCANHOLO, M. D. Neoliberalismo e o consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do governo FHC. In M. L. Malaguti, R. A. Carcanholo & M. D. Carcanholo (Orgs.), *Neoliberalismo: A tragédia do nosso tempo*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000. pp.15-35

CASTRO, R. P. Tecnologia, trabalho e educação. In *Cadernos ANPED*, 16ª Reunião anual da ANPED, jun. Caxambu, 1993. p.29-53.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1996.

DEMO, P. *Questões para a teleducação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOLMBERG, B. *Educación a distância: situación y perspectivas*. Buenos Aires: Kaplusz, 1995.

- MALAGUTI, M. L.; CARCANHOLO, R. A.; CARCANHOLO, M. D. (Orgs.), *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993. pp.15-35
- MENEZES, C. Experiências em Educação a Distância na América Latina. In *Tecnologia Educacional*, 140, v.26, fev/mar, 1998. pp. 37-40.
- MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. pp.9-29.
- MOORE, M.; KEARSLEY, G. *Educação a distância: uma visão integrada*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- MORAES, M. C. O Paradigma educacional emergente: implicações na formação do professor e nas práticas pedagógicas. In *Em Aberto*, 70 (16), abril/junho, 1996. pp.56-69. Disponível em: <<http://twingo.ucb.br/jspui/bitstream/10869/530/1/O%20Paradigma%20Educacional%20Emerg%C3%A0nte.pdf>>. Acessado em: 27 jul. 2012.
- NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In A. Nóvoa (Org.). *Os professores e sua formação*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995. pp.15-34.
- PIAGET, J. *O nascimento da inteligência na criança*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PROVENZANO, M. E.; MOULIN, N. M. Proposta pedagógica: avaliando a ação. V. 8. Brasília: Ministério da Saúde/SGTES, 2000.
- RIBEIRO, Rogério da Costa. *A gestão pedagógica do ensino e aprendizagem on-line: especificidades*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Escola Superior de Educação Almeida Garret, 2013.
- TRINDADE, A. R. *Distance Education for Europe*. Lisboa: Universidade Aberta, 1992.
- SARAIVA, T. A educação a distância no Brasil. In *Em Aberto*, 70 (16), abril/junho, 1996, pp.17-27. Disponível em: <<http://twingo.ucb.br/jspui/bitstream/10869/530/1/O%20Paradigma%20Educacional%20Emerg%C3%A0nte.pdf>>. Acessado em: 27 jul. 2012.
- SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes Ltda, 1989.

Sobre os autores:

Rogério da Costa Ribeiro é Mestre em Educação pela Escola Superior de Educação Almeida Garrett (Portugal). Especialista em Docência pela Universidade Gama Filho e em EAD pela Universidade Federal Fluminense (RJ). É professor de Educação Básica na rede municipal de Cotia SP.

Suely Aparecida Galli Soares possui Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Coimbra (2007), Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora convidada do Programa de Pós-Graduação em Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores - Escola Superior de Educação Almeida Garrett (Lisboa/Portugal).

NOTAS:

ⁱ <http://www.seed.mec.gov.br>. Acesso em 21 de abril de 2012.

ⁱⁱ <http://www2.mec.gov.br/sapiens>. Acessado em: 21 abr. 2012.

ⁱⁱⁱ <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/portaria2.pdf>. Acessado em: 21 abr. 2012.

Enviado em: 17/12/2013

Aceito para publicação em: 05/08/2014